



Simulado Final

Reciprev

Assistente de Previdência
e Assistência à Saúde - Pós-Edital

Simulado

Simulado Reciprev – Assistente de Previdência e Assistência à Saúde

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Reciprev – Assistente de Previdência e Assistência à Saúde;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Assistente-17-02>

- | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| | 40 – (A) (B) (C) (D) (E) | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Para manter a coesão textual, a conjunção destacada em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) deveria ser substituída por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. Considere a classificação morfológica do vocábulo “que” em “um conjunto de possibilidades que será apresentado”. Indique a alternativa em que se destaca um “que” com essa mesma classificação.

- a) Acredito que todos saberão a verdade.
- b) Isso significa que não iremos vê-lo novamente.
- c) O combustível que utilizei não é confiável.
- d) Mesmo que demore, a nossa hora chegará.
- e) Disse que seguiria sempre os meus princípios.

05. No trecho "O júri julgou o réu culpado", qual a função do termo destacado?

- a) predicativo do sujeito.
- b) complemento nominal.
- c) objeto direto.
- d) predicativo do objeto.
- e) adjunto adnominal.

06. Quanto à regência verbal, assinale a alternativa correta.

- a) Todos, assustados, assistiam a cena de desrespeito.
- b) Ela tinha dificuldade em abdicar a todos.
- c) Depois de muita discussão, os pais chegaram nesse acordo.
- d) Na vizinhança, todos desdenhavam de sua capacidade.
- e) Sua atitude implica em demissão.

07. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) A aluna que chegou atrasada recebeu advertência.
- b) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- c) O aniversariante chegou quando todos já estavam.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

08. Em “Chegaram as encomendas da gerência”, o verbo destacado, deve ser classificado, quanto à predicação como:

- a) intransitivo.
- b) transitivo direto.
- c) transitivo indireto.
- d) transitivo direto e indireto.
- e) de ligação.

09. O emprego do acento grave em “... alimenta a motivação à qual os acontecimentos estão relacionados” (3º§) justifica-se:

- a) pelo gênero feminino do pronome relativo “qual”.
- b) por fazer parte de uma expressão adverbial feminina.
- c) pela exigência de regência do verbo “estão”.
- d) pela presença anterior do substantivo “motivação”.
- e) em função da regência do vocábulo “relacionados”.

10. Em “Faz-se uma observação. Fala-se em “recomendações” dos organismos internacionais”, qual é, respectivamente, a classificação morfossintática da partícula “se”?

- a) Partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito
- b) Índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo
- c) Partícula apassivadora e parte integrante do verbo
- d) Partícula apassivadora e pronome reflexivo
- e) Índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

11 - Conforme previsto no art. 5º da Constituição de 1988, o direito de propriedade é um direito

- a) econômico, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.
- b) social, pois não possibilita ao proprietário dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse
- c) individual incondicionado, que impede qualquer tipo de intervenção do Estado.
- d) individual absoluto, que possibilita ao proprietário sempre dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- e) individual relativo, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.

12. Lucas foi aprovado em 1º lugar no concurso para analista administrativo da Prefeitura de Ipojuquinha do Oeste. Extasiado com a sua classificação tem sua felicidade destruída ao perceber que o Prefeito local o desconsiderou, iniciando as nomeações a partir do segundo colocado. De acordo com a CF 88, Lucas poderá impetrar o seguinte remédio constitucional.

- a) habeas corpus
- b) habeas data
- c) mandado de segurança
- d) ação popular
- e) mandado de injunção

13. A Constituição Federal estabelece como condição de elegibilidade:

- a) ter mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se for militar.
- b) ter domicílio eleitoral na circunscrição.
- c) ter idade mínima de 30 (trinta) anos para Prefeito.
- d) ter idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos para qualquer cargo.
- e) ser brasileiro nato para Deputado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

14. A União, após realizar uma licitação regular, firmou um contrato administrativo com a sociedade empresária X para a prestação de serviços específicos.

No curso do contrato, ocorreu o seguinte:

- I. Atraso na obtenção da licença ambiental;
- II. Atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, independentemente de restringir sua capacidade de concluir o contrato.

De acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/2021, em regra, a condição que caracteriza motivo para a extinção do contrato, a qual deve ser devidamente motivada em um processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa, está descrita no (s) item (ns)

- a) II, apenas;
- b) III, apenas;
- c) I e II, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

15. O vínculo que garante a coordenação e subordinação dos órgãos que compõem a estrutura de uma entidade administrativa, definindo as responsabilidades e competências individuais, resulta do poder:

- a) vinculado;
- b) normativo;
- c) hierárquico;
- d) disciplinar;
- e) regulamentar.

LEGISLAÇÃO*Fábio Ramos*

16. Tibério olhando o Estatuto do Servidor de Recife teve uma dúvida em relação a acumulação de cargos. Sendo assim concluiu o seguinte. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, nas seguintes hipóteses. EXCETO:

- a) dois cargos de professor com outro científico.;
- b) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- c) um cargo de professor com outro científico;
- d) um cargo de professor com outro técnico ;
- e) dois cargos de professor;

17. O funcionário poderá faltar ao serviço até ----- dias consecutivos, sem prejuízo do vencimento ou de qualquer direito ou vantagem legal por motivo de:

- I - casamento, a contar da data da realização da cerimônia civil, ou religiosa com efeitos civis;
- II - falecimento do cônjuge ou companheira, ascendentes, descendentes ou irmãos;

- a) 3 dias
- b) 5 dias.
- c) 6 dias.
- d) 7 dias.
- e) 8 dias.

18. Analise as informações a seguir Estatuto do Servidor de Recife:

- I. Para amamentar o próprio filho, até 5 (cinco) meses de idade, a funcionária terá direito, durante o expediente, a um descanso especial de 1 (uma) hora.
- II. O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento, a critério da Administração, para trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de quatro (4) anos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.
- e) As duas afirmativas estão mais ou menos falsas.

19. A luz da LEI Nº 17.082/2005 INSTITUI O SISTEMA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO RECIFE - SAÚDE-RECIFE. Exclusivamente para os fins de que trata esta Lei, poderão ser inscritos como beneficiários dependentes, exceto:

- a) o cônjuge ou companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;
- b) os filhos, desde que menores de 21 (vinte e um) anos, solteiros e que não exerçam atividade remunerada.
- c) maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos, solteiros, que não exerçam atividade remunerada e estejam regularmente matriculados em curso secundário ou de graduação em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido.
- d) os filhos, desde que menores de 18 (dezoito) anos, solteiros e que não exerçam atividade remunerada.
- e) Os filhos de qualquer idade, os que forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos, desde que a invalidez tenha-se caracterizado antes do falecimento do beneficiário titular.

20. A luz da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A classificação do sigilo de informações, no âmbito da Administração Pública Municipal, é de competência no grau de ultrassecreto e secreto, das seguintes autoridades, exceto:

- a) Prefeito.
- b) Vice-Prefeito;
- c) Secretários Municipais.
- d) Governador.
- e) O Controlador Geral do Município do Recife.

NOÇÕES PREVIDENCIÁRIA*Adriana Menezes*

21. Com base na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F). Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- () universalidade da cobertura e do atendimento.
- () equidade na forma de participação no custeio
- () irreduzibilidade do valor dos benefícios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) F - F - F

22. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

As prestações previdenciárias são divididas em benefícios e serviços. _____ e _____ são exemplos de benefícios devidos exclusivamente ao segurado e exclusivamente ao dependente, respectivamente.

- a) aposentadoria por incapacidade temporária/auxílio-reclusão
- b) pensão por morte/auxílio por incapacidade temporária
- c) salário-maternidade/salário-família
- d) aposentadoria por incapacidade permanente/pensão por morte
- e) auxílio-acidente/salário-família

23. No Brasil, os regimes públicos de previdência são o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos. Quanto às normas dos regimes próprios de previdência social, assinale a assertiva correta.

- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime próprio de previdência social tornou-se obrigatória por todos os entes federativos.
- b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- c) Os regimes próprios de previdência social têm caráter contributivo obrigatório e solidário, sendo financiados com recursos provenientes do ente público que o instituiu e das contribuições do servidor ativo, excepcionando os servidores aposentados e os pensionistas.
- d) Servidor público titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social do Município de Recife poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.
- e) O empregado público municipal está amparado pelo regime próprio de previdência social dos servidores municipais.

24. A Emenda Constitucional n.º 103/2019, trouxe alterações no que diz respeito à aposentadoria do servidor público. O Município de Recife reformou sua Lei Orgânica, alterando as regras de aposentadoria e de pensão por morte do servidor. De acordo com a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal nº 17.142/2005, pode-se afirmar que o(a) servidor(a) abrangido(a) pelo regime próprio de previdência social de Recife será aposentado(a)

- a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será dispensada a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- b) compulsoriamente, com proventos integrais, aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
- d) voluntariamente aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos legalmente estabelecidos.
- e) com idade e tempo de contribuição diferenciados quando exercer atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, podendo haver a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

25. A pensão por morte do servidor efetivo do Município de Recife será concedida aos dependentes, desde que não haja dependente inválido, com deficiência intelectual, mental ou grave habilitado:

- a) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- b) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 20 (vinte) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- c) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 15 (quinze) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- d) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).
- e) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

26. Maria, professora efetiva do Município de Recife está afastada do trabalho há 03 meses por motivo de incapacidade para o trabalho. Não recebe seus vencimentos desde então, alegando o órgão responsável pelo pagamento dos servidores que o regime próprio de previdência dos servidores municipais é o responsável por custear e pagar a remuneração do servidor em caso de afastamento por incapacidade temporária.

Diante da situação hipotética, assinale a assertiva correta.

- a) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva se afasta por incapacidade temporária, deverá receber auxílio-doença pago pelo regime próprio de previdência do Município de Recife.
- b) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva se afasta por incapacidade temporária, deverá receber auxílio-doença pago pelo regime próprio de previdência do Município de Recife equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Recife.
- c) Em caso de afastamento por incapacidade temporária da servidora cabe ao Município de Recife arcar com o pagamento do benefício equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Recife.
- d) Está incorreto o entendimento do órgão pagador do Município, cabendo ao próprio Município de Recife arcar com o pagamento da servidora em caso de afastamento por incapacidade temporária.
- e) Está incorreto o entendimento do órgão pagador do Município, cabendo ao próprio Município de Recife arcar com o pagamento da servidora em caso de aposentadoria por incapacidade permanente.

27. Com base no que dispõe a Lei nº 9.717/98 que trata das normas gerais dos regimes próprios de previdência social, analise as assertivas e marque a correta.

- a) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao dobro da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
- b) O servidor público titular de cargo efetivo em determinado estado da Federação e filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente federado, passará a ser vinculado ao regime geral de previdência social.
- c) Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão subsidiariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.
- d) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social não precisam ter formação superior.
- e) No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

28. A respeito da contagem recíproca do tempo de contribuição, julgue os itens a seguir.

I. A contagem recíproca do tempo de contribuição é admissível sempre que o segurado migrar do regime público de previdência social para o RGPS, e vice-versa.

II. Para que a contagem recíproca do tempo de contribuição seja admitida, o trabalhador deve indenizar o órgão previdenciário para o qual migrou.

III. É vedada a contagem de tempo exercida concomitantemente no serviço público e na atividade privada.

IV. A aposentadoria resultante da contagem recíproca do tempo de contribuição deve ser rateada de forma proporcional por ambos os sistemas previdenciários para os quais o segurado tenha contribuído.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

29. No que diz respeito ao regime de previdência complementar instituído pelos entes federados para seus servidores, é correto afirmar que

a) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar passou a ser imposição constitucional.

b) O regime de previdência complementar deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.

c) Os planos de benefícios serão oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.

d) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

e) Os servidores que ingressaram no serviço público antes da vigência do regime de previdência complementar não poderão aderir ao regime de previdência complementar instituído pelo ente federativo.

30. À luz das normas estabelecidas pela EC n.º 103/2019 no que se refere ao regime próprio de previdência social, julgue os itens seguintes.

I - O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

II - Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.

III - O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.

IV - Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ROTINA ADMINISTRATIVA

Stefan Fantini

31. João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;
- e) informal e descendente.

32. A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica
- e) desinteresse

33. De acordo com Bruce Tuckman, durante o seu desenvolvimento os grupos passam por 05 fases diferentes, são elas, respectivamente:

- a) normatização, desempenho, adiamento, formação e turbulência.
- b) turbulência, normatização, formação, desempenho e interrupção.
- c) turbulência, normatização, desempenho, formação e interrupção.
- d) formação, turbulência, normatização, desempenho e interrupção.
- e) formação, turbulência, desempenho, adiamento e normatização.

34. João das Neves é gestor de determinada equipe. Em situações de conflito, João das Neves busca fazer com que cada um “ceda um pouco”, aceitando soluções razoáveis, em que ambos irão obter ganhos e perdas.

A abordagem de administração de conflitos utilizada por João das Neves é chamada de:

- a) colaboração;
- b) evitação;
- c) acomodação;
- d) concessão;
- e) competição.

35. A qualidade no atendimento envolve a totalidade de atributos e características que respondem às expectativas de determinado público.

Quanto o atendente está sempre disposto a prestar o atendimento e resolver os problemas do cliente, isto é, está sempre disponível para atender o cliente no momento em que o cliente precisar, com prontidão, rapidez e boa vontade, ele atende a uma característica do bom atendimento chamada de

- a) cortesia
- b) competência
- c) presteza
- d) comunicabilidade
- e) atenção

GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS + PROCOLOS

Ricardo Campanário

36. Arquivologia pode ser entendida como um conjunto de princípios, conceitos e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos. Um de seus princípios fundamentais é o princípio da Unicidade pelo qual:

- a) os documentos de arquivo devem ser reclassificados por assuntos, independentemente da sua proveniência e organização original.
- b) os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos, não obstante forma, gênero, tipo ou suporte.
- c) os arquivos públicos devem ser conservados o mais próximo possível do local que o gerou ou que influenciou sua produção.
- d) os registros arquivísticos são coletados artificialmente e acumulados naturalmente nas administrações, em função dos cumprimentos dos objetivos práticos.
- e) os fundos de arquivo devem ser preservados sem divisão, dispersão, separação, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.

37. Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Trata-se da definição de:

- a) preservação e conservação de documentos.
- b) ciclo vital dos documentos.
- c) sistema de gestão arquivística de documentos.
- d) gestão de documentos de arquivo.
- e) classificação quanto ao grau de sigilo.

38. Princípio arquivístico segundo o qual o arquivo deve conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu. Trata-se da definição do princípio:

- a) da reversibilidade.
- b) de respeito aos fundos.
- c) do respeito à ordem original.
- d) da integridade arquivística.
- e) da pertinência territorial.

39. A classificação arquivística exige análise detalhada, considerando as características e propriedades dos documentos de arquivo, de forma que:

- a) os documentos nascem sem valor probatório e passam a representar o exercício de uma função ou atividade e a assegurar direitos individuais ou coletivos após serem classificados.
- b) devido à sua parcialidade natural, os documentos são produzidos para atender demandas informacionais, sem exigência de fidelidade aos fatos e ações manifestadas pelas atividades.
- c) os documentos são fidedignos desde que mantidos e conservados em custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.
- d) pela unicidade, cada documento deve assumir um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence no universo documental.
- e) são acumulados pela autenticidade de maneira contínua e progressiva, o que os dota de um elemento de coesão artificial, ainda que estruturada.

40. Considerando a teoria das três idades, assinale a alternativa correta.

- a) Corrente, os documentos apresentam interesse e são objeto de consultas, embora os assuntos neles contidos já tenham sido solucionados.
- b) Intermediário, os documentos possuem valor primário e cumprem prazos de guarda aguardando sua destinação final.
- c) Permanente, os documentos possuem valor primário e, por isso, são recolhidos para custódia por período indeterminado.
- d) Permanente, os documentos circulam pelos canais decisórios, buscando solução ou resposta.
- e) Corrente, os documentos passam a ter valor cultural e científico.

DIREITO ADMINISTRATIVO E ÉTICO NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

41. Assinale, considerando as regras dispostas na Constituição Federal, uma característica do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- a) alcança todo ocupante de cargos públicos.
- b) alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- c) não admite a adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) sujeição a registro dos atos de concessão de aposentadoria perante a Justiça Federal ou Estadual.
- e) não alcança os exercentes de função de confiança.

42. Marque um atributo do poder de polícia administrativa:

- a) discricionariedade em todo ato de polícia.
- b) vinculação em todos os elementos do ato de polícia.
- c) impossibilidade de controle judicial dos atos de polícia, por força da autoexecutoriedade.
- d) eficiência na prevenção e repressão das infrações penais.
- e) imposição do ato de polícia ao particular, independentemente de sua concordância.

43. Trata-se de hipótese de inviabilidade de competição prevista na Lei 14.133/2021:

- a) locação de bens, móveis ou imóveis.
- b) contratação de serviços especializados de divulgação ou publicidade.
- c) produtos que possam ser contratados mediante credenciamento.
- d) guerra.
- e) calamidade pública.

44. Pode-se dizer corretamente que as entidades autárquicas são:

- a) pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para desempenho de atividade exclusiva do Estado.
- b) pessoas jurídicas de direito público, com criação autorizada em lei para desempenho de atividade exclusiva do Estado.
- c) pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para desempenho de atividade do interesse social.
- d) pessoas jurídicas de direito público, criadas por meio de lei e com pessoal regido submetido ao regime jurídico único.
- e) pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas por lei, para desempenho de atividade típica do Estado ou para desempenho de atividade de interesse social.

45. A situação em que ocorre a superveniência de norma jurídica que torna inadmissível a situação sob a qual o ato foi praticado é denominada:

- a) cassação.
- b) caducidade.
- c) anulação.
- d) revogação.
- e) convalidação.

REDAÇÃO OFICIAL*Luiz Felipe*

46. A mensagem deve ser transmitida da forma mais objetiva possível, sem trechos supérfluos e adjetivos desnecessários, conseguindo transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Essa orientação vai ao encontro de qual atributo?

- a) Coerência
- b) Objetividade
- c) Formalidade
- d) Concisão
- e) Precisão

47. Uma exposição de motivos enviada por mais um de um ministro ao Presidente da República, é denominada de exposição de motivos:

- a) circular
- b) conjunta
- c) casada
- d) requerimento
- e) interministerial

48. Em relação à estrutura do Padrão Ofício, o Manual de Redação da Presidência da República estabelece que:

- a) a obrigatoriedade da seguinte estrutura para encaminhamento de documentos: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- b) O assunto do expediente deve dar uma ideia geral do que trata o documento, devendo ser grafado da seguinte forma: "Assunto: encaminhamento do Relatório de Gestão março/2022."
- c) Por ser uma espécie de título, o assunto não pode ter nenhum tipo de destaque ou sinal de pontuação no final.
- d) Como regra, os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.
- e) O fecho da comunicação deve ser alinhado à margem direita da página.

49. O e-mail é um dos meios de transmissão mais ágeis dos últimos tempos. A esse respeito é possível afirmar:

- I. Por seu baixo custo e rapidez, o e-mail transformou-se na principal forma de comunicação para transmissão de documentos.
- II. Apesar da flexibilidade, o uso da norma culta da língua deve ser garantido como nas demais comunicações oficiais.
- III. Arquivos anexados ainda em discussão devem ser enviados em formato editável.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

50. O Secretário Estadual de Saúde, ao encaminhar uma correspondência a um Ministro de Estado, empregará a essa autoridade, respectivamente, o seguinte vocativo, tratamento no corpo do texto e endereçamento:

- a) Senhor Ministro / Sua Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- b) Sua Excelência / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- c) Senhor Ministro / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- d) Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor
- e) Excelentíssimo Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
